

FIÚZA PEDE PRAZO MAIOR

Após novas denúncias, deputado pede mais dois dias para preparar depoimento.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) entrou em contato ontem com o presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e pediu um prazo de 24 ou 48 horas, a partir de quarta-feira, quando iria prestar seu depoimento. Passarinho aceitou o pedido de Fiúza, que, por ter imunidade parlamentar, pode fazer essa reivindicação, mas solicitou que o deputado compareça à CPI quinta-feira de manhã. Fiúza concordou em depor nesse dia, mas informou que ainda iria consultar seu advogado.

Acusado pelo ex-diretor de Orçamento da União José Carlos Alves dos Santos de participar do desvio de recursos do Orçamento, Fiúza teve sua situação complicada com a divulgação pela imprensa de um relatório do Tribunal de Contas da União que constatou um golpe de US\$ 500 milhões no FGTS. O documento refere-se ao período em que Fiúza foi ministro da Ação Social, e envolve sua antecessora, Margarida Procópio, o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Alvaro Mendonça e mais 20 políticos ligados ao esquema montado pelo deputado João Alves (PPR-BA), para beneficiar dezenas de empreiteiras. O relatório denuncia que de 1990 a 92 foram contratados ser-

viços para a construção de 495 mil casas, com preços superfaturados em até 42%. Mais de 241 mil unidades não foram concluídas. Outra denúncia: dos US\$ 150 milhões liberados como subvenções sociais por Fiúza e Margarida Procópio, menos de 10% foram repassados para as entidades assistenciais. A maior parte dos recursos, cerca de US\$ 130 milhões, foi utilizada em campanhas eleitorais ou dividida entre os parlamentares que faziam parte do esquema.

Sequestro de bens É A PROPOSTA DE BISOL

Fiúza negou ligações com João Alves logo após as denúncias de Santos. Mas bilhetes e cartas apreendidos pela CPI entre os documentos que estavam com o ex-assessor do Senado revelaram o contrário. Ao saber que seria chamado para depor, Fiúza contratou um advogado e uma empresa de consultoria, e fechou-se para preparar sua defesa. Procurado pelo JT, ele disse que não pretende dar nenhuma declaração antes da defesa que fará na CPI.

A prioridade dos trabalhos da CPI agora é a análise das de-

clarações de bens de Fiúza e dos três deputados que deporão depois dele: Cid Carvalho (PMDB-MA), José Geraldo (PMDB-MG) e Manoel Moreira (PMDB-SP). O coordenador da subcomissão de Patrimônio e fiscal da CPI, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), defendeu ontem o imediato sequestro dos bens de José Carlos Santos e dos principais parlamentares envolvidos nas denúncias de corrupção. Bisol reconheceu que, apesar de a CPI ter prerrogativas constitucionais para tomar tal atitude, essa não é uma tradição do Congresso. "De qualquer forma, seria a maneira mais eficaz de recuperar boa parte dos recursos desviados dos cofres da União."

Bisol adiantou que no levantamento feito até agora na declaração de patrimônio desses parlamentares há indícios de eventuais bens ocultos. Isso pode levar a subcomissão a viajar aos respectivos Estados para fazer um levantamento nos cartório dos bens registrados em nome dos acusados e o posterior cruzamento das informações.

"Estamos observando coisas estranhas, dados aparentemente incorretos e outros indícios de irregularidades que só serão comprovadas nessas viagens", disse Bisol.